

A NOVA REPÚBLICA: UM CONTEXTO HISTÓRICO E EDUCACIONAL

Sara Façanha Bessa
Graduanda de Pedagogia - UFC

Talita Raquel R.Braga
Graduanda de Pedagogia - UFC

Yasmim Costa de Queiroz
Graduanda de Pedagogia - UFC

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo estudar a Nova República sob a ótica educacional. Este período da história do Brasil teve início em 1985 e perdura até os dias atuais. Este estudo se delimita até o ano de 2010, final do governo de Luis Inácio Lula da Silva. O marco inicial foi a efetivação da transição do período militar para a democracia, onde ao final da primeira gestão uma Constituição Federal foi promulgada e, desta forma realizou-se a primeira eleição direta para Presidente da República Federativa do Brasil. Portanto, o trabalho relatou os principais acontecimentos que marcaram este período. A pesquisa é bibliográfica e documental, pois se trata de uma busca sobre as principais mudanças políticas educacionais no Brasil. Com a realização deste trabalho podemos perceber que a Nova República tem sido um período muito próspero para a educação. Foram realizadas melhorias nesta área, no decorrer dos diversos governos. Importantes políticas foram implementadas, algumas com sucesso e outras não atingiram o êxito.

PALAVRAS-CHAVE: NOVA REPÚBLICA; HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA; POLÍTICAS EDUCACIONAIS

INTRODUÇÃO

Desde a metade da década de 80, o Brasil vive um período denominado Nova República. Diante das profundas mudanças ocorridas e que marcaram diversos setores da sociedade, voltaremos nossa atenção ao campo educacional, focando em alguns fatos relevantes que trouxeram conseqüências e transformações em nosso contexto histórico, principalmente nos aspectos políticos e sociais.

Para caracterizar esse momento da história da educação brasileira, citaremos os principais programas e medidas que foram adotadas durante esse período de transição, que vai desde o governo de José Sarney até o fim do mandato do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva.

JOSÉ SARNEY (1985-1990)

O período da Nova República inicia-se com o governo de José Sarney, numa época em que o país começava um processo para adaptar-se à redemocratização, e que, na história da educação, surgia uma nova etapa. Os debates feitos pelos educadores agora não sofriam mais com a repressão do Regime Militar, o que permitia avaliar a educação brasileira e os seus problemas de uma forma mais crítica.

Em 1985, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL é substituído pelo Projeto Educar. Diferente do MOBRAL, este desenvolvia ações diretas de alfabetização, realizava a supervisão e o acompanhamento dos recursos oriundos das ONGs e empresas junto às Secretarias de Educação e as Instituições de Ensino. Em 1986 todos os bens do MOBRAL são transferidos para o Projeto Educar possibilitando um melhor desempenho do projeto.

A Conferência Brasileira de Educação é realizada no ano de 1986 em Goiânia, o Conselho Federal de Educação reformula o núcleo comum e os currículos do ensino de 1º e 2º graus e é aprovada a inclusão de matérias ao currículo por via legislativa. Em 1987 é extinta a Coordenação de Educação Pré-Escolar – COEPRE e o Programa Pré-Escolar passam a ser coordenado pela Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação e Cultura. Nesse mesmo ano apenas 13,1% do total dos gastos da União foram destinados à Educação gerando fortes conseqüências para o ensino, pois de acordo com os dados do INEP 22,8% dos alunos matriculados repetiram a 1ª série do 1º grau e 22,5% repetiram a 5ª série, as taxas de evasão foram de 15,2% na 1ª série e 18,9% na 5ª série, apenas 32,21% dos alunos completam o 1º grau.

Apesar dos desastrosos índices demonstrados pelo INEP o governo não modifica a sua política de financiamento da educação. Destina, no ano 1988, apenas 10,6% e no ano 1989 4,6% do total dos gastos da União para a Educação, levando as escolas públicas do país a uma grave situação.

Na contra mão da política educacional do governo é encaminhado à Câmara Federal o Projeto de Lei, que propõe fixar as diretrizes e bases para a educação nacional (LDB). Momento no qual os educadores brasileiros tentam dar importantes passos para

acabar com os problemas na educação do país. Um ano após ter sido enviada a proposta é enviado um substitutivo ao projeto.

O governo de Sarney encerra com a contribuição para dar início ao processo de redemocratização do Brasil, com a aprovação da “Constituição Cidadã”, as mudanças nas leis que regiam o país, abrindo o processo democrático com as eleições diretas para governadores dos estados, prefeituras e a Assembléia Legislativa. A política econômica implantada pelo governo não resolveu o problema da inflação, tornando-se alvo de fortes críticas da opinião pública o governo enfrenta uma profunda crise de governabilidade. Em 1990 termina o mandato de José Sarney com a esperada eleição direta para presidente do Brasil.

FERNANDO COLLOR DE MELO (1990 -1992)

Em 11 de setembro de 1990 surge o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC tinha o objetivo de reduzir o índice de analfabetismo em 70% num período de cinco anos, mas o programa não durou nem um ano.

O plano foi criado para financiar iniciativas públicas ou privadas de ensino. O estado de São Paulo deveria receber Cr\$ 44 milhões, mas nada deste dinheiro apareceu. O Programa estava vinculado a Secretaria Nacional da Educação Básica, deveria receber Cr\$ 70 bilhões e recebeu apenas 30% desta quantia.

No decorrer de um discurso, Collor diz: “O Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania não é um produto acabado que o Governo entrega à sociedade. Trata-se de um projeto de mobilização do País para a vitória nessa guerra que nunca fomos capazes de vencer”.

Em 1991, foram instituídos os Centros Integrados de Atendimento à Criança - CIAC's como parte do "Projeto Minha Gente", inspirados no modelo dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's, do Rio de Janeiro, implantados na gestão de Leonel Brizola. O objetivo era prover a atenção à criança e ao adolescente, envolvendo a educação fundamental em tempo integral.

Não são apenas escolas, mas centros de atenção integral à criança, englobando, num mesmo espaço, educação escolar, saúde, cultura, esporte, creche, educação para o trabalho, proteção especial para a criança e desenvolvimento comunitário. O aluno é estimulado a permanecer na escola em tempo integral para garantir melhor desempenho.

Sofreram as mesmas críticas do CIEP's, alguns educadores criticaram esse tipo de projeto dizendo que seria mais eficaz gastar-se recursos no modelo de rede escolar já existente, atendendo-se um maior número de crianças. Eles acreditaram que era um projeto "promocional" e não pedagógico, diziam ser interesse político.

O primeiro CIAC foi inaugurado em novembro de 1991 na Vila Paranoá, na periferia de Brasília. E a partir de 1992 passaram a chamar de Centros de Atenção Integral à Criança - CAICs.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, foi criado em 1988 mas é implantado em 1990, é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP e conta com a participação e o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação das 27 Unidades Federativas da Federação.

Os levantamentos de dados do SAEB são realizados a cada dois anos. A análise dos resultados permite acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores e esse vem sendo aperfeiçoado em cada aplicação.

ITAMAR FRANCO (1992-1994)

Em virtude do pouco tempo de mandato do presidente Itamar Franco, ocorreram poucos fatos relativos a mudanças educacionais,mas podem-se desta em : O PAIUB, criado em 1993. Neste mesmo ano o Senador Darcy Ribeiro retira seu Projeto que propõe fixar as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Também é criado o Projeto de Educação Básica para o Nordeste com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD.No ano de 1994,no contexto educação pode-se destacar A Medida Provisória de 18 de outubro de 1994 extingue o Conselho Federal de Educação e cria o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Esta mudança torna o Conselho menos burocrático e mais político.

Em outubro de 1994, pela Medida Provisória n. 661/94, ocorreu a transformação do Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional de Educação. O CFE foi fechado no governo Itamar Franco por suspeita de corrupção, tráfico de influências e, principalmente, por privilegiamento de instituições privadas de ensino superior. Essa MP, ao criar o CNE,seguiu as preocupações que pautavam os debates sobre a LDB naquele momento. A essa medida provisória sucederam-se 14 reedições de MPs10 sobre o CNE, até a conversão da MP n. 1.159/94 na Lei n. 9.131/1995, que, além de extinguir o CFE e criar o CNE, institui o Exame Nacional de Cursos. Pode-se observar

que a criação do CNE em novembro de 1995, no governo FHC, fez-se em pleno processo de elaboração da LDB; entretanto, sua regulamentação deu-se de forma paralela e à margem das discussões que se travavam sobre a LDB.

O Conselho Nacional, que nem sequer havia sido mencionado no primeiro projeto elaborado pelo senador Darcy Ribeiro, na versão final, foi indicado apenas uma vez. A pouca referência que o projeto Darcy Ribeiro faz ao CNE pode ser explicada pelo fato de esse projeto ser o projeto do governo federal para a LDB e o governo já ter criado o “seu conselho”. Saviani (1997) refere-se ao projeto Darcy Ribeiro como um “projeto azarão”, por ter corrido por fora do processo democrático de debates para a aprovação da LDB.

PAIUB (1993)

Criado em 1993, o Programa de Avaliação Institucional (PAIUB) foi uma resposta das universidades brasileiras ao desafio de implantar um sistema de avaliação institucional centrada na graduação, já que a pós-graduação já vinha sendo avaliada. O PAIUB vai integrar os resultados desses processos de avaliação implementados pelo MEC, a saber: Exame Nacional de Cursos, Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, avaliações conduzidas pelas Comissões de Especialistas de Ensino da SESU. Desta forma, vai assegurar os instrumentos de qualidade das instituições assim como fornecer informações para todos esses processos. A avaliação institucional deverá ser composta das seguintes etapas: Avaliação interna: realizada pela instituição, com a participação de todas as instâncias e segmentos da comunidade universitária, considerando as diferentes dimensões de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Avaliação externa: realizada por comissão externa, a convite da IES, a partir da análise dos resultados da avaliação interna e de visitas à instituição, resultando na elaboração de um parecer. Reavaliação: consolidação dos resultados da avaliação interna (auto-avaliação), da externa e da discussão com a comunidade acadêmica resultando na elaboração de um relatório final e de um plano de desenvolvimento institucional.

A idéia do PAIUB é servir a um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico e de prestação de contas da Universidade à sociedade, constituindo-se em uma ferramenta para o planejamento da gestão e do desenvolvimento da educação superior.

O PAIUB também se caracteriza por possuir dotação financeira própria, livre adesão das universidades através da concorrência de projetos e princípios de avaliação coerentes, com posição livre e participativa. Este programa, segundo seu próprio texto,

procura considerar "os diversos aspectos indissociáveis das múltiplas atividades-fim e das atividades-meio necessárias à sua realização, isto é, cada uma das dimensões-ensino, produção acadêmica, extensão e gestão em suas interações, interfaces e interdisciplinaridade". Dessa forma, os princípios básicos que orientam o PAIUB são: globalidade, comparabilidade, respeito a identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994 a 2002)

PNLD (1994)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do MEC. Seus objetivos básicos principais são: aquisição e distribuição de livros didáticos nas escolas públicas. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1929. Ao longo desses quase 70 anos, o programa se aperfeiçoou e teve diferentes nomes e formas de execução. O PNLD é voltado para o ensino fundamental público, incluindo as classes de alfabetização infantil.

Essa iniciativa deu-se por causa dos muitos problemas constantemente encontrados nos LD, que prejudicavam alunos e professores, já que muitas vezes o LD distribuído era o único material didático disponível e utilizado em sala de aula. A preocupação com a qualidade dos LD começou em 1990, quando os professores de 1ª a 4ª tiveram a oportunidade de escolher os livros, e em 1993 montou-se a primeira comissão de avaliação que definiu como critérios de eliminação a existência de preconceitos e erros graves na área destinada. Os LD analisados eram classificados em 4 categorias: excluídos, não-recomendados, recomendados com ressalva e recomendados. O primeiro resultado dessa avaliação foi amplamente divulgado entre editoras, autores, universidades e na comunidade em geral com a saída do primeiro Guia do Livro Didático (Guia), contendo os livros que foram avaliados dentro das 2 categorias dos recomendados para que os professores pudessem escolher. Nos anos seguintes, o MEC deu continuidade ao processo de avaliação, incluindo mais uma categoria para os resultados, recomendado com distinção, para os livros considerados realmente muito bons, e que logo o Guia passou a vir também com as resenhas dos livros oferecidos e a categoria em que foram classificados. E só em 1999,

os livros de 5^a a 8^a também começam a ser avaliados e novos critérios de análise e exclusão são incluídos no programa de avaliação do PNLD. proporcionaram importantes mudanças nos LD, principalmente quanto as práticas educacionais propostas pelos livros. Além do incentivo a pesquisa no meio acadêmico, levou a novos posicionamentos e reflexões que ampliaram ainda mais a discussão sobre o LD, mudando a visão negativa que havia nos anos 80. Os LD ainda poderiam ajudar muito mais a melhorar o ensino no país, pois tem a visão do LD como mais do que apenas um manual de conteúdos, mas também de práticas para esses conteúdos. Essa concepção praticamente inutiliza a figura do professor, tratando-o como um incapacitado para produzir seu próprio material didático. Essa perspectiva dificulta outras mudanças necessárias e também o surgimento de novos tipos de materiais didáticos, mas isso não implica em abandonar totalmente os LD, e sim alterar a concepção básica, dando mais flexibilidade autonomia aos professores e alunos, sendo dever do PNLD, proporcionar essas possibilidades de mudança e renovação. É um descompasso entre o PNLD e os professores o fato dos livros mais escolhidos por eles

LDB – Lei de Diretrizes e Base (1996)

Com a promulgação da Constituição de 1988, a LDB (4024/61) anterior foi considerada obsoleta, mas apenas em 1996 o debate sobre a nova lei foi concluído.

A atual LDB foi sancionada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo então ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos.

No ano de 1988 iniciou-se a discussão sobre o projeto Jorge Hage na Câmara. A partir de 1992, Darcy Ribeiro, apoiado por Collor, apresenta o seu projeto de LDB no senado. Entre 1992 a 1993 os dois projetos são discutidos no Congresso Nacional e o projeto de Jorge Hage é aprovado na Câmara e vai para o Senado. Em 1995 o projeto é considerado inconstitucional e Darcy Ribeiro reapresenta seu antigo projeto lei. Em dezembro de 1996 o Projeto de Darcy é aprovado e torna-se lei.

Educação Básica: Organização e Responsabilidades

Carga horária mínima anual de 800 horas e 200 dias de efetivo trabalho escolar. Avaliação do aluno deve ser contínua. A frequência mínima é de 75%. Históricos, declarações, certificados é de responsabilidade da escola.

A Educação Infantil (creche e pré-escola é dever dos municípios. O Ensino Fundamental (nove anos - modificado pela lei federal nº11.274/06) é prioridade dos municípios com a colaboração do Estado. O Ensino Médio é prioridade do Estado.

Currículo na Educação Básica

Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos do Mundo Físico e Natural, Realidade Social e Política, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira (a partir da 5ª série).

Características dos Níveis de Ensino

Educação infantil compreende duas etapas: Creche (0 a 3 anos) e Pré-escola (4 a 5 anos). Nesta fase o desenvolvimento da criança é integral, não existe reprovação.

Ensino Fundamental (mínimo 9 anos) tem por objetivo desenvolver a capacidade de aprender, fortalecer os vínculos da família e de solidariedade.

Ensino Médio (mínimo 3 anos) tem por objetivo aprofundar os estudos de tecnologia e a preparação para o trabalho.

Características das Modalidades de Ensino

A educação de jovens (art. 37-38) e adultos deve ser feita através do EJA (antigo supletivo) por meio de cursos e exames. A idade mínima para o Ensino Fundamental é 15 anos e para o Ensino Médio é 18 anos. A educação profissional (art. 39 a 42) deve gerar aptidões a vida produtiva. Articulação com o ensino regular ou independente de escolaridade. A educação especial (58 a 60) o atendimento aos portadores de necessidades especiais deve ser preferencialmente na rede regular de ensino usando o método de inclusão. Deve haver a adaptação da escola e do currículo, como também promover a integração na vida em sociedade.

Financiamento e Gastos com a Educação (art.70)

A União deve aplicar pelo menos 18% e os estados, Distrito Federal e Municípios 25% ,da receita de impostos em educação.

O dinheiro destinado a educação ser gastos com: a remuneração e aperfeiçoamento de pessoal, manutenção e construção dos equipamentos, realização de atividades, compra de material didático escolar, bolsas de estudos e transporte escolar. E não com: Pesquisas não vinculadas a educação, subvenção a instituições assistenciais,

programas suplementares de alimentação, assistência médica, psicológica, obras de infra-estrutura da cidade, trabalhadores em educação em desvio da função.

FUNDEF (1997)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério foi criado, pois antes uma parcela das receitas públicas eram destinadas á educação como um todo. A proposta desse fundo era definir uma parcela que atendesse especificamente ao ensino fundamental (1° ao 8° série), através de uma redistribuição dos recursos provenientes de impostos aplicados pelos municípios e Estados.

Os objetivos do FUNDEF: Pagar os docentes e outros funcionários que atuem diretamente na ministração do ensino, como diretores e vice-diretores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais. Pagar encargos sociais devidos pelo Poder Publico. Investimento na melhoria dos professores que se encaixam nessa faixa, como cursos de especialização, ensino superior e “reciclagem”. Elaboração de planos de carreira e remuneração para docentes, para a melhoria da qualidade do ensino público. Outras despesas voltadas para a manutenção do ensino fundamental público.

O ENEM (1998)

Exame Nacional do Ensino Médio é uma avaliação criada pelo Ministério da Educação (MEC) em 1998 com a proposta de analisar as competências e habilidade fundamentais dos alunos do Ensino Médio para a inserção social e o exercício da cidadania, tirando do centro das atenções as disciplinas escolares. A criação do Enem encontra-se no contexto da reforma do Ensino Médio, prevista pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Quando foi criada a prova do ENEM era composta por cerca de 63 questões de múltipla escolha e uma redação dissertativa elaborada a partir de uma tema de ordem social, cultural ou política. Os participantes recebem o Boletim Individual dos Resultados, pelos Correios, com duas notas: uma para parte objetiva e outra para a redação e , também uma interpretação dos resultados obtidos para cada um das cinco competências avaliadas nas duas partes da prova. O desempenho do aluno é qualificado em três faixas: Insuficiente e regular, que corresponde ás notas entre 0 e 40; regular a bom, com notas de 41 e 70; e de bom a excelente, com nota entre 71 e 100.

Muitas Universidades brasileiras utilizam os resultados do ENEM nos seus processos de seleção. Os métodos de uso podem variar algumas reservam vagas aos participantes que obtiverem média maior ou igual a determinada nota; outras acrescentam pontos á primeira ou á segunda fase de seus vestibulares, e outras ainda substituem a nota do vestibular pelo ENEM.

FIES (1999)

O programa de Financiamento Estudantil – FIES é destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDUC e a partir de 2005 o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais beneficiados com o Bolsa de 50¢, do PROUNI- Programa Universidade para Todos. Apenas para este público já foram realizadas mais 9,2 mil contratações.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender á população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes de situação econômica menos privilegiada.

BOLSA ESCOLA (2001)

O Bolsa Escola, posteriormente transformado no Bolsa Família é um programa de transferência de renda com condicionalidades. Brasileiro idealizado pelo prefeito de Campinas (SP), implantado no município durante sua gestão no ano de 1994, cujo objetivo é pagar uma bolsa ás famílias de jovens e crianças de baixa renda como estímulo para que esses freqüentem a escola regularmente. O programa Bolsa Escola federal foi implementado em 2001 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Chegou a beneficiar mais de cinco milhões de famílias em todo o Brasil quando, em 2003, foi incorporado ao Programa Bolsa Família pelo presidente Lula. Durante a vigência do programa em âmbito federal, as regras para o recebimento do benefício eram: Estar matriculado e freqüentando a escola (comprovado a cada três meses com um programa paralelo de controle de freqüência); Estar cadastrado juntamente com sua família no (antigo) programa *Cadastro Único*, um sistema off-line de alimentação de

dados sociais do governo federal que fora criado em 2001; Possuir renda *per capita* inferior á R\$ 90,00.

O pagamento da bolsa de R\$15,00(por filho, limitado ao máximo de três) dava-se através de saque em agência da Caixa Econômica Federal. Cada família inserida no programa recebia um número de identificação social (NIS), semelhantemente ao PIS e PASEP. Os pagamento eram controlados pelo Cadastro Único para programas Sociais ou CadÚnico que é um instrumento de coleta de dados e informações para identificar toas as famílias de baixa renda existentes no país.

PCNs

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC), têm por objetivo estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e/ou a elaboração da proposta curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino.

Os PCNs são, portanto, uma proposta do MEC para a eficiência da educação escolar brasileira. São referências a todas as escolas do país para que elas garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade.

Seu objetivo é garantir que crianças e jovens tenham acesso aos conhecimentos necessários para a integração na sociedade moderna como cidadãos conscientes, responsáveis e participantes. Foi implantado durante o governo do Então presidente Fernando Henrique Cardoso. Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Funciona como elemento que promove uma melhoria da qualidade da educação brasileira. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual

LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA (2002 - 2010)

REUNI

Dar condições as universidades federais ampliação do acesso e permanência na educação superior”. Em razão da insuficiência da oferta de vagas, em termos quantitativos, pelo sistema federal de ensino superior, as propostas que visem a correção

deste cenário devem ser analisadas. Também é preciso estar atento qualquer procedimento que traga consigo modificações de largo alcance, afim de garantir o patamar de excelência, alcançado pelas universidades federais brasileiras ao longo das últimas décadas.

A proposta deste sítio é estimular o debate sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais do Governo Federal, além reunir colaborações e assegurar o acesso a todos os interessados ao projeto proposto pela Reitoria da Universidade para que a UFMG participe do REUNI, documento que, antes de ser submetido à aprovação do Conselho Universitário, vem sendo apresentado e discutido largamente junto às Unidades Acadêmicas da UFMG, em suas mais diversas instâncias de representação e decisão.

PISO SALARIAL

Em 16 de julho de 2008, a Lei 11.738 instituiu o piso salarial nacional para os professores da rede pública da educação básica. União, estados, Distrito Federal e municípios não poderão fixar vencimento inicial das carreiras do magistério, para a jornada de 40 horas semanais, abaixo desse patamar.

ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem o objetivo de aferir o rendimento dos alunos

dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. O Enade é realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC. O Inep/MEC constitui a amostra dos participantes a partir da inscrição, na própria instituição de ensino superior, dos alunos habilitados a fazer a prova.

SINAES

Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão,

a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos. Ele possui uma série de instrumentos complementares: auto-avaliação, avaliação externa, Enade, Avaliação dos cursos de graduação e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes).

SAEB

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme estabelece a Portaria n.º 931, de 21 de março de 2005, é composto por dois processos: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc).

1. A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações;
2. A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações

FUNDEB

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) atende toda a educação básica, da creche ao ensino médio. Substituto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que vigorou de 1997 a 2006, o Fundeb está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. É um importante compromisso da União com a educação básica, na medida em que aumenta em dez vezes o volume anual dos recursos federais. Além disso, materializa a visão sistêmica da educação, pois financia todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.

PROUNI

O Programa Universidade para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas

de educação superior. Para concorrer às bolsas integrais o candidato deve ter renda familiar de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para as bolsas parciais (50%) a renda familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

COTAS

O conceito de cotização de vagas aplica-se a populações específicas, geralmente por tempo determinado. Estas populações podem ser grupos étnicos ou raciais, classes sociais, imigrantes, deficientes físicos, mulheres, idosos, dentre outros. A justificativa para o sistema de cotas é que certos grupos específicos, em razão de algum processo histórico depreciativo, teriam maior dificuldade para aproveitarem as oportunidades que surgem no mercado de trabalho, bem como seriam vítimas de discriminações nas suas interações com a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho dedicou-se a apresentar etapas que trouxeram consequências significativas para o campo da educação brasileira durante o período da Nova República. Considerando todos os aspectos das transformações ocorridas, podemos perceber que a Nova República é um período muito rico no que diz respeito ao campo educacional.

Propostas foram modificadas com as mudanças de governos, algumas permaneceram em vigor e outras trouxeram inovações que influíram de forma positiva ou negativa, todavia, todas tiveram a intenção de gerar mudanças e trazer contribuições para nossa educação, ainda que seus objetivos não tenham sido alcançados e suas metas atingidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. História para ensino médio: história geral e do Brasil Volume único. São Paulo: Scipione, 2001.

Filme: Lula Presidente.

<http://www.brasilecola.com/historiab/itamar-franco.htm>(acesso18/11/10)

<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/governo-jos>(acesso19/11/10)

http://www.ufrgs.br/forumlic/_Estatisticas/proep.html(acesso15/11/10)

http://www2.uol.com.br/aprendiz/n_colunas/g_piolla/id180702.htm(acesso20/11/10)

<http://www.enem.inep.gov.br/>(acesso20/11/10)

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>(acesso23/11/10)

<http://tvescola.mec.gov.br/>(acesso14/11/10)

<http://www.inep.gov.br/superior/provao/default.asp>(acesso14/11/10)

<http://www.infoescola.com/economia/plano-real/> (acesso20/11/10)

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=236&Itemid=471 (acesso 22/11/10)

http://www.educacao.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/seec/programas/gerados/historico_proinfo.asp(acesso22/11/10)

<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=125>(acesso23/11/10)

<http://www.aticaeducacional.com.br/hdocs/pcn/pcns.aspx> (acesso23/11/10)

<http://www.inep.gov.br/superior/enade/default.asp> (acesso19/11/10)

<http://siteprouni.mec.gov.br/>(acesso19/11/10)

http://reuni.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25&Itemid=28(acesso19/11/10)

<http://www2.redepitagoras.com.br/main.asp?TeamID=%7B26FB5E44-C3D8-41BD-A4A6-9C38ED1977FC%7D>(acesso 19/11/10)